

a e) e g) a h) do artigo 5.º da Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril, que aprova a estrutura orgânica nuclear da SGMJ, cuja Lei Orgânica foi aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril.

3 — Requisitos formais de provimento — os constantes dos artigos 11.º e 12.º e 20.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com as disposições da Portaria n.º 1141/2005, de 8 de Novembro.

4 — Perfil pretendido:

a) Habilitação literária, ao nível de licenciatura ou superior, na área do Direito, História, Ciências Documentais e ou da Informação, ou outra área adequada, neste caso complementada com pós-graduação, mestrado ou doutoramento em Ciências Documentais;

b) Experiência profissional na área para a qual é aberto o procedimento, em especial na de investigação da história institucional e patrimonial da justiça.

5 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista pública.

6 — Formalização das candidaturas — mediante requerimento, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, dirigido à secretária-geral do Ministério da Justiça, remetido pelo correio com aviso de recepção e expedido até ao termo do prazo limite para apresentação das candidaturas ou entregue pessoalmente, no mesmo prazo, no serviço de expediente da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, na Rua do Ouro, 6, 1149-019 Lisboa, durante o horário de funcionamento, em envelope fechado, com referência expressa: «Procedimento concursal para provimento do cargo de chefe de divisão de Arquivo e Património Histórico». O requerimento deve indicar todos os elementos necessários a uma correcta apreciação da candidatura, sendo acompanhado do *curriculum vitae* do candidato, actualizado, detalhado, datado e assinado, de declaração emitida pelo serviço de origem referindo a natureza do vínculo à Administração Pública e a antiguidade na função pública, na carreira e na categoria, bem como de fotocópia do bilhete de identidade.

7 — Composição do júri:

Presidente — Helena Maria José Alves Borges, secretária-geral-adjunta.

Vogais:

Helena Maria Mesquita Ribeiro, directora-geral da Administração da Justiça.

Luís Miguel Lopes de Carvalho Bigotte Chorão, pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Séc. XX, da Universidade de Coimbra.

8 — Publicitação — conforme disposto no artigo 21.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o aviso de procedimento concursal será publicitado na bolsa de emprego público e em órgão de imprensa de expansão nacional.

29 de Outubro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Aviso n.º 22 450/2007

Em cumprimento do preceituado no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que, por meu despacho de 10 de Outubro de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia imediato ao da publicitação na bolsa de emprego público, procedimento concursal destinado à selecção e provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau relativo à Direcção de Serviços de Agricultura, Territórios e Agentes Rurais da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, nos termos e condições publicitados na bolsa de emprego público, a partir do 2.º dia útil posterior ao da presente publicação.

10 de Outubro de 2007. — O Director-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, *C. São Simão de Carvalho*.

Aviso n.º 22 451/2007

Em cumprimento do preceituado no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que, por meu despacho de 10 de Outubro de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia imediato ao da publicitação na bolsa de emprego público, procedimento concursal destinado à selecção e provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau relativo à Direcção de Serviços de Informação, Gestão e Administração da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, nos termos e condições publicitados na bolsa de emprego público a partir do 2.º dia útil posterior ao da presente publicação.

10 de Outubro de 2007. — O Director-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, *C. São Simão de Carvalho*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aviso n.º 22 452/2007

Procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau — Chefe da Divisão de Assuntos Sociais

Nos termos do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, torna-se público que a Câmara Municipal de Odivelas pretende proceder à selecção de candidatos para provimento do cargo de direcção intermédia do 2.º grau, chefe da Divisão de Assuntos Sociais.

O aviso será publicitado na bolsa de emprego público até ao 2.º dia útil após a presente publicação.

19 de Outubro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Susana de Carvalho Amador*.

2611062942

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750